

SCPar Porto de Imbituba S.A.

CNPJ: 17.315.067/0001-18

NIRE: 42300038695

Data NIRE: 18/12/2012



Relatório de Controle Interno

Exercício 2018

Imbituba, 08 de abril de 2019

1. INTRODUÇÃO

1.1. Na qualidade de responsável pelo controle interno no âmbito da SCPar Porto de Imbituba, venho através deste, com base na Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE.SC), apresentar o **Relatório de Controle Interno**, em conformidade com o Art. 16 e **Anexo VII** da referida instrução normativa, relativo ao exercício de 2018.

2. O CONTROLE INTERNO NA SCPAR PORTO DE IMBITUBA

2.1. A responsabilidade pelo controle interno na SCPar Porto de Imbituba foi estabelecida através de designação - **Portaria nº 006 de 18 de abril de 2016** - de empregado aprovado em concurso público para o cargo de Analista Portuário – Gestão.

Atualmente dois colaboradores exercem as suas funções no Setor de Controladoria Interna, sendo um assistente portuário e o responsável pelo controle interno. Cabe levantar que o organograma da empresa está sendo revisto para que haja compatibilização e atendimento ao que prevê a Lei 13.303/16 e seus Decretos, em relação à disposição deste e de outros setores no organograma.

2.2. De início, vale salientar a evolução em relação aos controles internos na empresa, sendo isso uma resultante obtida através dos seguintes aspectos:

- A empresa dispõe de treze normativas internas aprovadas, elaboradas com o objetivo de definir e padronizar diversos procedimentos, dando maior segurança aos colaboradores e a organização de maneira geral.
- Formalização e aprovação dos documentos: Manual de Controle Interno, Gestão de Riscos e *Compliance* e Regimento de Auditoria Interna, conforme grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com a finalidade de orientar e uniformizar essas práticas dentro de cada Estatal.
- Elaboração do Manual de Auditoria Interna, documento que visa orientar e definir a forma de trabalho da Auditoria Interna na empresa, documento esse que se encontra em fase de aprovação pela Diretoria.

- Efetivação de controle através do software Microsoft Excel dos processos de providências administrativas, tomadas de contas especiais e defesas ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, elencando dados como nº do processo, objeto, prazos das comissões responsáveis, valor do possível dano/débito, prazo de conclusão dos processos e observações.

Além dos fatores citados acima, notou-se um progresso por parte de alguns setores em relação aos controles internos adotados. Esse fato resta demonstrado pela melhor organização dos arquivos físicos e digitais, de indicadores produzidos por alguns setores e também da melhor organização dos processos administrativos.

2.3. Para concluir, a forma de comunicação adotada pela companhia ocorre através do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico (SGPE).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO, INCLUINDO AS AUDITORIAS REALIZADAS

3.1. Na tabela abaixo restam demonstradas as Auditorias Internas previstas para o exercício 2018:

Planejamento de Auditorias Internas		Ano 2018
Data da Auditoria	Processo/Departamento a ser Auditado	Audidores
Março / Abril	1. Setor de Patrimônio	Octavio F. de A. Barros
Maio / Junho	2. Fiscalização dos Contratos Administrativos	
Julho / Agosto	3. Setor de Licitações	
Setembro / Outubro	4. Fiscalização Orçamentária	

Tabela 1

No referido exercício foram executadas 3 (três) das 4 (quatro) auditorias internas planejadas. O motivo da não realização da auditoria de nº 3, no Setor de Licitações, foi pela transformação ocorrida pela Lei 13.303/16 nos regramentos acerca deste e de outros procedimentos à época, o que gerou diversas demandas ao Controlador Interno e aos outros setores, sendo esse fato demonstrado através de comunicação interna nº 013.2018 enviada à Diretoria, que autorizou a sua não realização.

Não obstante, foram verificados pontos específicos segundo os critérios de auditoria em cada setor/procedimento analisado em relação aos itens 1, 2 e 4 da tabela 1, e posteriormente, realizado um monitoramento das recomendações com a finalidade de acompanhar as medidas tomadas por cada setor. Os documentos atinentes as referidas auditorias internas permanecerão disponíveis para consulta do TCE.SC em meio digital.

Além disso, cada tabela de monitoramento das recomendações será disponibilizada no Relatório de Gestão, a ser enviado ao TCE.SC, conforme item VI do Anexo V da Portaria N.TC 0362/2016 do referido Tribunal.

3.2. No que diz respeito às normas internas aprovadas, tivemos 8 (oito) normativas internas aprovadas, sendo metade delas resoluções de alteração e a outra metade de novas resoluções, sabendo que as novas resoluções abordam os seguintes temas: 1. Dispõe sobre procedimentos no Setor Financeiro e revoga a anterior (nº 017/2018); 2. Dispõe sobre procedimentos relativos ao horário flexível, banco de horas e outros aspectos (nº 019/2018); 3. Dispõe sobre a incorporação e desincorporação patrimonial (nº 020/2018); 4. Dispõe sobre os procedimentos de compras até R\$ 8.000,00 (nº 022/2018).

3.3. Acompanhamento e atualização das certidões da empresa no Sistema SC Regularidade. Esse sistema tem por objetivo facilitar o acompanhamento das regularidades jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa pelos órgãos, entidades, fundos e outros poderes com CNPJs vinculados ao CNPJ do Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº 851/2007.

3.4. Acompanhamento do envio da remessa de dados e informações ao TCE.SC em relação ao sistema informatizado e-sfinge. Importante ressaltar que após longo período de atraso na remessa dessas informações, a situação foi regularizada.

3.5. Acompanhamento em relação ao cumprimento do orçamento de investimentos, conforme PPA, LDO e LOA.

3.6. Confronto mensal das informações geradas pelo Setor de Recursos Humanos em relação as diárias pagas e conciliação com o Setor Financeiro, após checar os valores pagos é realizado o envio para publicação em Diário Oficial.

3.7. Participação na Comissão de Fiscalização dos Contratos de Arrendamento do Porto de Imbituba, formada por três integrantes e sob a coordenação do Sr. Rui Roberti.

3.8. Pareceres em processos administrativos (providências administrativas, tomadas de contas especiais, processos de admissão ou a pedido da Diretoria.

4. RELAÇÃO DAS IRREGULARIDADES QUE RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO, INDICANDO OS ATOS DE GESTÃO ILEGAIS, ILEGÍTIMOS OU ANTIECONÔMICOS; VALOR DO DÉBITO; AS MEDIDAS IMPLEMENTADAS COM VISTAS AO PRONTO RESSARCIMENTO; AVALIAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELOS RESPONSÁVEIS; OS RESPOSÁVEIS

4.1. Não foi identificada nenhuma atividade que tenha resultado em dano ou prejuízo a empresa no ano de 2018, a parte os processos de providências administrativas e tomadas de contas especiais, já em tramitação na empresa.

5. QUANTITATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS E OS RESPECTIVOS RESULTADOS, COM INDICAÇÃO DE NÚMEROS, CAUSAS, DATAS DE INSTAURAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS, SE FOR O CASO

5.1. Neste momento, a SCPar Porto de Imbituba possui 4 processos de Tomadas de Contas Especial (TCE), sendo que os dados sobre cada um dos processos foram elencados a seguir:

5.1.1.Objeto: Pagamento de multa e juros incidentes nas apurações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL nos anos de 2013 a 2015 - Processo SGPE PIMB 1697/2018.

Valor: R\$ 248.486,61

Data de instauração: 03/05/2018

Resultados: A comissão designada para atuar na Tomada de Contas Especial emitiu seu relatório conclusivo e encaminhou o processo para parecer da Diretoria de Auditoria Geral da Fazenda (DIAG/SEFAZ), conforme Decreto n. 1.886/2013.

5.1.2.Objeto: Pagamento de multa e juros decorrentes do enquadramento considerado irregular pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em relação a apuração do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos de Acidente de Trabalho (**GILRAT**) e do Fator Acidentário Previdenciário (**FAP**) - Processo SGPE PIMB nº 1805/2018.

Valor: R\$ 32.101,51

Data de instauração: 18/12/2018

Resultados: Neste momento aguarda-se o relatório conclusivo da comissão designada para atuar na Tomada de Contas Especial (TCE).

5.1.3.Objeto: Apuração dos fatos relativos ao pagamento em atraso referente à Mínima Movimentação Contratual (MMC) do Terminal de Contêineres (TECON) - Santos Brasil. Referente ao **Processo RLA 15/00119625** do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Valor: R\$ 926.902,10

Data da instauração: 11/02/2019

Resultados: Neste momento aguarda-se o relatório conclusivo da comissão designada para atuar na Tomada de Contas Especial (TCE).

5.1.4.Objeto: Apuração dos fatos relativos ao pagamento em atraso referente à Mínima Movimentação Contratual (MMC) do Terminal de Cargas Gerais (TCG) - Santos Brasil. Referente ao **Processo RLA 15/00119625** do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Valor: R\$ 45.927,52

Data da instauração: 11/02/2019

Resultados: Neste momento aguarda-se o relatório conclusivo da comissão designada para atuar na Tomada de Contas Especial (TCE).

Com o objetivo de efetuar o controle dos prazos e dos processos que tramitam na empresa, sobre providências administrativas e tomadas de contas especiais, foi elaborada planilha pelo Setor de Controle Interno com informações e a situação de cada um deles.

6. AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIAS, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, DISCRIMINANDO: VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS; SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECEDORES DO RECURSO; SITUAÇÃO DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO CONCEDENTE

6.1. No exercício 2018 foram realizados ou repassados recursos a dois convênios firmados, sendo os dados sobre cada instrumento elencados abaixo:

1. Objeto: Convênio firmado entre a SCPar Porto de Imbituba S.A. e a Associação Benedita da Providência (ABENP) - Hospital São Camilo, visando o auxílio financeiro em razão da demanda excepcional ocasionada pelos caminhoneiros e seus familiares em trânsito neste Município para atuação no Porto de Imbituba.

Data de assinatura: 05 de julho de 2018

Valor do repasse em 2018: R\$ 100.000,00

Valor do repasse total até o momento: R\$ 120.000,00

Análise da Prestação de Contas: Conforme verificado junto ao fiscal responsável designado, Sr. Jefferson da Rosa Mazziero, restou demonstrado que a conveniada efetiva o envio da prestação de contas mensalmente e que esses documentos são conferidos e arquivados apropriadamente pelo fiscal.

Cabe ressaltar que o referido convênio se encontra suspenso, fato esse que decorreu do recebimento pela Autoridade Portuária do ofício nº 8/2019/PA-IBB/UREFL/SFC - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), onde no item 4.4. do referido ofício, foi exigida a suspensão imediata do convênio, caso esse não tivesse a aprovação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, conforme cláusula terceira do convênio de delegação.

2. Objeto: Convênio firmado entre a SCParticipações e Parcerias, SCPar Porto de Imbituba e o Município de Imbituba, visando a cooperação técnica e financeira para a adoção de procedimentos destinados à revitalização do pavimento asfáltico do acesso rodoviário norte ao Porto de Imbituba.

Data da assinatura: 05 de abril de 2016

Valor do repasse em 2018: R\$ 254.626,95

Valor do repasse total até o momento: R\$ 5.988.451,03

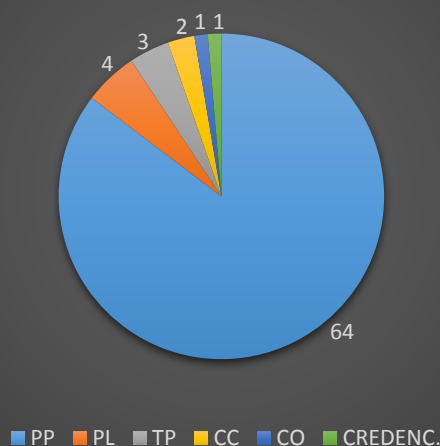
Análise da Prestação de Contas: Neste caso a SCPar Porto de Imbituba atua meramente como repassadora dos recursos para a Prefeitura Municipal de Imbituba, sabendo que a verba é proveniente da SCParticipações e Parcerias. Dessa forma, o Município tem obrigação de prestar contas dos recursos recebidos à **SCParticipações**, conforme cláusula terceira, inciso III do termo de convênio.

Cabe salientar que o termo de convênio possui até o momento cinco termos aditivos, e que em 31 de outubro de 2017 foi firmado um acordo de cooperação entre os supracitados interessados, a Secretaria de Infraestrutura e a Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna, ambos atuando como partes prestadoras de assessoria técnica e fiscalização, caso fossem demandados.

7. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA, INCLUINDO AS DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO, IDENTIFICANDO OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, QUANDO A AVALIAÇÃO FOR POR AMOSTRAGEM

Em que pese não ter sido realizada auditoria interna nos processos licitatórios da unidade no exercício, foram levantadas informações sobre o tema junto ao Setor de Licitações da empresa, conforme seguem:

Nº DE EDITAIS/MODALIDADE - 2018



Legenda: PP - Pregão Presencial

Gráfico 1

PL - Procedimento Licitatório (Lei 13.330/16)

TP - Tomada de Preços

CC - Carta Convite

CO - Concorrência

Credenc. - Credenciamento

Ao observar o gráfico 1, não resta dúvida que a modalidade mais adotada no exercício foi o pregão presencial, contribuindo para um impacto financeiro positivo nos valores estimados vs. contratados, conforme resta demonstrado abaixo:

Valor Estimado X Valor Contratado (R\$)

	ESTIMADO	CONTRATADO	ECONOMIA	% DE ECONOMIA
2016	14.189.974,70	11.785.751,94	2.404.222,76	16,94
2017	29.529.135,90	19.754.823,88	9.774.312,02	33,10
2018	37.771.792,79	26.253.448,46	11.518.344,33	30,49

Tabela 2

Ademais, nota-se que as contratações na empresa se mantiveram em patamares similares nos últimos anos, havendo, entretanto, uma ampliação no número de registro de preços efetivados, conforme tabela 3. As contratações realizadas através do sistema de registros de preços dizem respeito à aquisição dos mais diversos materiais (informática, limpeza, elétrica e entre outros), demonstrando uma melhor organização empresarial.

	Nº DE DISPENSAS / INEXIGIBILIDADE POR ANO		
	2016	2017	2018
Dispensas	52	19	11
Inexigibilidades	22	7	7

Tabela 3

Já em relação ao número de contratos celebrados através de dispensas e inexigibilidades (tabela 4), podemos notar que houve uma acentuada redução em seus números com o passar dos anos. Esse fato se deu principalmente pela evolução dos processos e procedimentos organizacionais, além de um progresso na tomada de decisão por parte dos gestores da empresa.

	Nº DE CONTRATOS POR ANO		
	2016	2017	2018
Contratos	93	78	73
Atas de Registro de Preços	0	4	12

Tabela 4

Para concluir, ressalta-se que, recentemente, com as mudanças advindas do programa “Governo sem papel”, novos fluxos de trabalho e controles estão sendo desenvolvidos para que possamos nos adaptar à realização de todo processo licitatório digitalmente. Importante ressaltar que, neste momento, todos os novos documentos ou processos criados no âmbito da SCPar Porto de Imbituba são gerados somente em meio digital.

8. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, POR MEIO DE UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO E COMISSIONADOS, CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS, TERCEIRIZADOS, ESTAGIÁRIOS E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO OU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

8.1. Comparativo por tipo de vínculo empregatício:

Situação 31.12.2017		X	Situação 31.12.2018	
Vínculo	Qtde		Vínculo	Qtde
Concursados	61		Concursados	60
Comissionados	16		Comissionados	15
Cedidos	0		Cedidos	1
Estagiários	15		Estagiários	20
Menor Aprendiz	2		Menor Aprendiz	3
Diretores	3		Diretores	3
Conselheiros	11		Conselheiros	11
Terceirizados	xx		Terceirizados	88
Total	108		Total	202

Tabela 5

Conforme demonstrado no quadro acima, o aumento no número total de colaboradores se deu pelo motivo de que a partir de 2018 o Setor de Recursos Humanos passou a realizar um controle acerca de quantos terceirizados atuam na empresa, especificamente no que tange os serviços continuados administrativos, gerais e de segurança.

Além disso, pôde-se auferir que o número de colaboradores se manteve estável no exercício 2018, não havendo mudanças significativas no quadro da companhia.

9. RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE TENHAM IMPUTADO DÉBITO AOS GESTORES MUNICIPAIS SOB SEU CONTROLE, INDICANDO: N° DE ACÓRDÃO OU TÍTULO EXECUTIVO E DATA, NOME DO RESPONSÁVEL, VALOR, SITUAÇÃO DO PROCESSO DE COBRANÇA, INDICANDO DATA DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, AJUIZAMENTO E CONCLUSÃO DO PROCESSO

9.1. Conforme o Processo RLI-15/00424690 do Tribunal de Contas do Estado, acerca de Inspeção Ordinária sobre a remessa de dados junto ao sistema e-sfinge, referente as inconsistências nos registros contábeis presentes na competência 2015.6, houve aplicação de multa ao ex-Gestor da SCPar Porto de Imbituba, no valor de R\$ 2.400,00 e no exercício 2018, ao Sr. Luís Rogério Pupo Gonçalves, por deixar de cumprir determinação do Tribunal - decisão nº 0125/2017.

Tem-se notícias de que somente essa multa tenha sido aplicada aos Gestores da SCPar Porto de Imbituba no exercício 2018.

10. AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM O INSTITUTO OU FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, SE HOVER, COM INDICAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO, DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA, DO NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS OU DE OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS

10.1. Não se aplica.

11. AVALIAÇÃO ACERCA DA CONFORMIDADE DOS REGISTROS GERADOS PELOS SISTEMA OPERACIONAIS UTILIZADOS PELAS ENTIDADES COM OS DADOS DO E-SFINGE

11.1. Em um primeiro momento vale ressaltar que o envio das informações ao Tribunal, através do sistema e-sfinge, só teve início na SCPar Porto de Imbituba em meados de 2015. Sendo que a partir de 2019 a empresa passou a estar em dia com os prazos estabelecidos na N.TC. nº 04/2004 do Tribunal.

Já em uma análise acerca da conformidade dos registros gerados pelo sistema, tem-se adotado a prática de enviar aos setores envolvidos (recursos humanos, contabilidade e licitações) bimestralmente os dados de inconformidades gerados pelo sistema, mesmo aqueles que não geraram uma restrição impeditiva. O motivo desse envio é para que cada setor realize uma análise do que pode ter gerado aquela inconsistência, corrigindo-a caso necessário, de forma a evoluir os seus procedimentos e processos.

É o relatório.

Octavio Faria de Almeida Barros
Controlador Interno